

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE DIREITA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1961-1980)

KATYA MITSUKO ZUQUIM BRAGHINI¹

Introdução

Privilegiamos no trabalho a história de um movimento estudantil que aprovava a condução política do governo militar, após o golpe de estado em 1964, e fez oposição à ação de seus colegas, pares etários, considerados “comunistas”. Esse agrupamento estudantil se apresentou como um grupo social atuante no trabalho de materialização do regime instituído, demonstrando um dinamismo diferenciado das grandes manifestações de rua, mas que nem por isso, deixou de revelar a sua posição política. Tratamos aqui de estudantes que eram considerados modelos “exemplares” de jovens, de modo a apresentar outros desenhos estudantis e juvenis, expondo um tipo de manifestação pouco examinada pela historiografia.

Na imprensa de circulação em massa, eram apresentados como estudantes modelares aqueles grupos que não praticavam política estudantil explícita; manifestavam-se favoráveis ao movimento golpista; faziam bloqueio às ações de seus oponentes, ora por meio de atuações convencionalmente aceitas, ora de formas violentas de ação; eram apresentados como uma contra-face de seus pares etários que agiam principalmente em manifestações de massa.

Fosse para fazer empecilho e contraponto aos movimentos estudantis contrários à ditadura, fosse atuando de formas “modelares”, por meio de comportamentos considerados “aceitáveis”, percebeu-se que, oculto e apagado, esse movimento também teve um passado. No trabalho, eles são chamados de movimento estudantil de “direita” por conta das suas ações, apontadas como convenientes para o fechamento político do regime e para a manutenção da Ditadura Militar.

O estímulo para a confecção deste artigo aconteceu após as perspectivas de pesquisa apresentadas por Hilsdorf e Peres (2009), Sanfelice (2008) e Sarlo (2007).

Hilsdorf e Peres (2009) analisaram os estudos históricos sobre a juventude entre 1999-2006. Segundo esse levantamento, há uma concentração de estudos sobre a década de 1960-

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), PEPG em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS). Doutora em Educação. Trabalho financiado pela Fapesp.



1970, dando ênfase aos aspetos ligados ao movimento estudantil. O foco dos trabalhos está centralizado na atuação política dos estudantes contra o autoritarismo militar, desconsiderando tanto o aspecto “estudantil” do movimento, quanto à existência de grupos juvenis que se posicionassem a favor do governo militar. Além disso, as pesquisadoras apontam para um bloco de análises que formaliza uma imagem monolítica dos estudantes, como se todos eles fossem rebeldes e militantes, desconsiderando a existência de um contingente juvenil que não se manifestava nas ruas ou, simplesmente, se comportava de outras maneiras.

Sanfelice (2008) advertiu sobre a escrita da história que tem em vista somente o recorte da União Nacional dos Estudantes (UNE). De acordo com o autor isso é como “contar uma parte da história”, ainda que seja uma parte importante dela. O autor deixa claro que nem todos os estudantes universitários dos anos 1960 participaram do movimento estudantil e que nem todos reconheciam a UNE como sua representante.

Sarlo (2007) apontou uma preocupação em torno das fontes documentais como elemento fundamental para a identificação de traços significativos na história da ditadura militar, no caso, argentina, a partir da necessidade de criação de um sistema de hipóteses em que fossem captadas as contradições sociais. Para isso, pedia por pesquisas que busquem pela variação documental. Essa ideia deu ênfase à curiosidade em torno dos registros de grupos partidários ao governo militar e avessos às grandes mobilizações juvenis.

Deu-se privilégio ao conteúdo da *Revista de Editora do Brasil S/A* (EBSA), periódico educacional mensal, porque ele se apresentava como parceiro do governo instituído com o golpe de 1964 muito evidentemente. Os seus editores passaram a valorizar os artigos publicados em jornais diários, transformando a revista em um *clipping* mensal das notícias que, segundo eles, mereciam destaque ao longo do mês. Deste modo, foram vários os órgãos de imprensa citados e transcritos pela revista, dentre eles: *O Estado de S. Paulo* (OESP), a *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (Rio de Janeiro), e o *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro).² A ideia era dotar os profissionais da área educacional com diversas informações geradas em diferentes instâncias políticas. Deste modo, os seus editores compilavam artigos de outros órgãos de informação, leis, atas de comissões de ensino etc..

² Foram contabilizados 82 artigos vindos da imprensa diária, dentro de um lote de 211 artigos. Os jornais mais utilizados para a transcrição de artigos foram: *O Estado de S. Paulo* (18), *Diário de Notícias* (10), *Jornal do Brasil* (10), *O Globo* (8), *Jornal do Comércio* (7), *Diário de S. Paulo* (5), *O Jornal* (5), entre outros.



O trabalho faz um mapeamento das discussões apresentadas nas páginas desse periódico educacional e por aqueles que eram apresentados em suas páginas como referências confiáveis, de modo a elencar as representações juvenis resultantes dessa composição de imprensa.

Os discursos sobre a juventude eram conteúdos ideologizados, que repetiam de forma incessante a ideia de que alguns jovens estudantes brasileiros eram “subversivos” e “comunistas” e que, em contrapartida, outros tantos jovens eram “bons estudantes” e dignos de exemplo. Os documentos partiam da ideia de que a subversão era um malefício que qualificava os jovens observados e criticados. Essa palavra foi tornada lugar-comum, usada como forma de apagamento de outros atributos desses estudantes.

O trabalho foi organizado a partir de duas perspectivas metodológicas. A primeira tem em vista o estudo do estereótipo. Martins (2008) afirma que o senso-comum e estereótipos não são apenas “instrumentos das repetições e dos processos que mobilizam a vida de cada um e de todos” (Martins, 2008, p. 52). Para o autor, o senso comum é *comum* não simplesmente porque se torna banal, mas porque é um conhecimento compartilhado entre sujeitos na relação social. Torna-se interessante pensar, tanto nos significados produzidos e compartilhados no momento de sua confecção, quanto no método de produção desses significados, já que o senso-comum depende da interação social (Martins, 2008, pp. 54-55).

A segunda perspectiva pensa que no discurso foi estabelecido o confronto entre duas culturas. Procurou-se, por meio dos fundamentos da linguística e da antropologia, a retirada de traços do “comportamento verbal” da documentação na reconstituição de um fenômeno social que, neste caso, acusam subversivos e dignificam a “gente de bem”. Nos discursos de condenação dos estudantes de esquerda ou de construção de um novo tipo de juventude, deixava-se em segundo plano os ritos, afetos, práticas. O que estava em jogo era a defesa de ideias mais urgentes, como a “ordem social”, “o desenvolvimento”, “subversão” etc.. Os elementos circunstanciais, acidentais, elementos ocultados, mesmo sendo considerações menos importantes no momento do registro, foram itens observados durante a análise.



Os enunciadores apresentados pela documentação hierarquizaram o significado dos enunciados, estabelecendo maior ou menor importância aos eventos, acontecimentos e aos atos das pessoas implicadas. Os documentos foram lidos como produto de uma interrelação especial, em que havia o desequilíbrio entre as partes envolvidas. Partindo do princípio que uma série de comportamentos juvenis era registrada ao longo do tempo, de modo a reforçar a subversão estudantil, busca-se nessa contraposição, compreender o que significava a ideia de “estudante democrático”, o que motivou essa qualificação e porque ela passou a ser enaltecida.

A Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA) e sua atitude de clipping de notícias

A *Revista EBSA* era uma publicação mensal da Editora do Brasil. Foi lançada em 1947, quatro anos após a fundação da própria Editora, e desativada nos anos 1990. Tratava-se de um periódico educacional que foi intitulado “documentário de ensino”. Em novembro de 1947, os editores pensaram a publicação como uma espécie de caderno de informações educacionais para os profissionais de ensino de todos os segmentos, mas, especialmente, voltada para o Ensino Médio brasileiro e era tida como porta-voz dos editores (EBSA 1957, p.1-4).

O periódico militava abertamente em nome da escola particular, posicionou-se como anticomunista e partidária à intervenção do exército no governo. Foi inteiramente favorável ao Golpe Militar de 1964, chamado de “Revolução”. Nas páginas da *Revista*, era manifestada a indignação diante da “desordem pública”, fato este que os editores simplesmente abominavam. Registrava-se como editora que contribuía para o engrandecimento do Estado e o bem-estar social da sua gente, “marchando paralela ao Governo” (EBSA, 1972, pp. 1-8).

Em 1971, quando a imprensa sofria forte censura, os responsáveis por EBSA orgulhavam-se de não ter tido seus escritos bloqueados. Isso é um indicativo de que suas ideias não entravam em choque com a ordem instituída ao ponto de passarem por uma censura. Mais do que isso, seus editores enalteciam o senso de organização dos militares e a rápida condução do país ao desenvolvimento (EBSA, 1971, pp. 1-6). A *Revista* se proclamava “imparcial”. Em outras palavras, os responsáveis assumiam a posição de quem se pretende influenciar os outros: a de neutralidade e fidelidade aos “fatos”.

Os seus editores e os colaboradores publicados no periódico apresentavam imperativos de argumentação julgando que, à época, era muito arriscado pensar em mudanças sociais,

acreditando que tais modificações poderiam perverter as conquistas já definidas. As mobilizações políticas excessivas serviam apenas para evidenciar o baixo caráter daqueles que promoviam inquietações na paz estacionária.

O periódico era uma colagem de ideias conservadoras ao estilo da “tese de perversidade” e a “tese do risco”, apresentadas por Hirschman (1997, p. 16). Isto é, divulgavam que todo movimento social que buscasse uma alteração brusca das características da sociedade, não podia ser levado a sério, porque, desta forma, corria-se o risco de se perder todas as conquistas já programadas e feitas de forma paulatina.

Durante o seu período de vida agiu como *clipping* educacional apresentando reportagem que não colidiam com a sua postura conservadora e mensalmente publicava o que era produzido pela grande imprensa apresentando reportagens, artigos e editoriais apresentando a sua ideia de juventude. Ao acompanhar, paralelamente, os dois tipos de publicações, percebeu-se que não se tratava meramente de um “recorte” da realidade vista pela ótica dos editores da revista, mas sim, de uma ordem sincronizada de artigos que se combinavam fomentando mesmo um tipo de representação hegemônica de juventude. Em outras palavras, fomentava-se um tipo ideal de juventude para a construção de um “Brasil Grande”, tendo por contrapartida o interesse em desmoralizar qualquer outro tipo de mobilização juvenil que não fosse conveniente a esse propósito.

A título de comparação, apreende-se esse mesmo ideal-tipo juvenil na revista *Realidade*.³ Esta revista, enquanto esteve no mercado editorial, era considerada a vanguarda das mídias em circulação. Também ali se constatou, na construção discursiva, essa mesma tentativa de homogeneizar o caráter juvenil, a despeito das diversidades apresentadas na vida real. Sujeito crente, conservador, pacífico, adequado aos seus respectivos espaços social, fundamentando o senso comum a partir da projeção de estereótipos (BRAGHINI, 2014, p.4).

Os “estudantes subversivos” e os “estudantes democráticos”: duas representações juvenis nos anos 1960

³ A Editora Abril lançou a revista *Realidade* em abril de 1966 e a fez circular até janeiro de 1976. *Realidade* foi lançada em meio a configuração do Estado militarizado e parece ter canalizado para o público leitor a relação de seus intelectuais-jornalistas e fotodocumentaristas com o recrudescimento do regime; os movimentos de contestação à ordem autoritária e o sentimento de transgressão, principalmente juvenil; aos apelos da Indústria Cultural e a nova forma de apresentação estilística do consumo; à ideia de modernização e desenvolvimento do país difundidos a partir do acelerado crescimento urbano-industrial do período e representados nos veículos de comunicação de massa.

A primeira grande perturbação com os estudantes era o fato de eles se posicionarem contra o movimento em torno do “desenvolvimento do Brasil”. Estudantes subversivos desaceleravam a marcha para o crescimento econômico no país. As considerações publicadas também se voltaram aos aspectos educacionais, o que deu luz aos seus significados implícitos a partir da atuação dos sujeitos na escola. O que sustentava a ideia de subversão, em primeiro lugar, eram ações tidas como inconvenientes e que desestabilizavam a rotina das pessoas.

Os ataques ao movimento estudantil tiveram três grandes focos. Primeiro, tinha-se em mente o tempo de preparação de um sujeito político. Isto é, um sujeito *verdadeiramente* político necessitava de um tempo de maturação, não nascia de forma espontânea em movimentos de rua. Depois, criticavam-se os estudantes que desrespeitavam as posições de domínio dos mais velhos dentro das instituições de ensino, fazendo púlpito político, piquetes, em horário de aulas. Por fim, atacavam-se os jovens militantes que não percebiam o quão precoce era a sua ação política, já que, um político verdadeiro fazia carreira na escola e, preferivelmente, tinha um diploma do ensino superior.⁴ A principal agressão para com os estudantes mobilizados ficou concentrada em uma suposta precocidade dos jovens em participar da política sem ter um devido preparo, feito à época, convencionalmente, por vias escolarizadas.

A ideia de boa preparação política estava vinculada ao tempo de permanência do estudante nos bancos escolares e, mais ainda, ao tipo de ensino que ele recebia em sua trajetória, que deveria estar centrado, preferencialmente, no ensino secundário, depois, no ensino universitário. Fazer política era uma prática social de sujeitos adultos que tinham passado pelo processo de escolarização e não estava aberta a todos. No entanto, parte dos estudantes nos anos 1960 opinava sobre os critérios que demarcavam a posição dos sujeitos de autoridade e transformavam tribunas improvisadas em postos de comando político, o que aguçou a raiva dos discursos da imprensa.

Segundo a proposta juvenil, era possível se destacar como sujeito político sem a necessidade de permanência nos bancos acadêmicos nem da ajuda dos mais velhos. Isso significa dizer que tais estudantes, brincavam com a ideia de que as “personalidades

⁴ Mercenários; gatuno, patife; politiqueiros, demagogos; sem escrúpulos; torpes; desonestos, assafadados; maliciosos, mascarados, corruptos, mercenários; sub-reptícios, "lobos em pele de cordeiros"; tristes, feios também foram outros adjetivos usados para apontar o mesmo tipo de estudantes em diversos jornais brasileiros do período (BRAGHINI, 2010, p. 111 e 120).

condutoras” seriam apenas aquelas que empunhavam uma titulação de nível superior.⁵ Portanto, a contrariedade dos jovens e a sua suposta precocidade política parecia apontar um distúrbio no sistema escolar do tipo clássico, que tinha exato objetivo de produzir a elite política brasileira. O potencial estudantil para agremiação feita a partir de incursões extraescolares era odiado, porque era vistos como pouco aprofundados.

Os estudantes renegavam a juventude como sendo um período de espera para a vida adulta. A vontade de ser guerrilheiro e lutar pela revolução socialista no Brasil apareciam como alternativas de trajetória de vida e, nos artigos, eram configurações esdrúxulas ou atos desviantes de vida.

Em contrapartida, dentro do plano de saneamento dessa juventude rebelde foi apresentado outro grupo que se mostrava pouco à vontade com o governo de João Goulart; ficava incomodado com as manifestações estudantis de rua; eram compreendidos como uma boa juventude que se comprometia com o trabalho e com os estudos. Eles também atuavam politicamente, mas não seguiam os mesmos caminhos dos seus semelhantes “revoltados”. Eles foram intitulados: “estudantes democráticos”. Saneamento este que se prendia a ideia binária de juventude, uma boa, estudiosa e trabalhadora; outra má, que gastava tempo de estudo fazendo passeata e, por isso, era tida por preguiçosa e ociosa.

No entanto, é evidente que isso não representava o total da(s) juventude(s) brasileira(s).

Havia o jovem operário, que tinha uma rotina de trabalho árdua, morava na periferia e conhecia as artimanhas de seu patrão, quando este lhe tirava a vantagem. Jovens empresários seguiam carreiras dentro de empresas e estas eram vistas como colégios formadores de jovens empresários, não obstante o desprezo dos executivos decanos. Muitos jovens iniciavam a vida de trabalho em escritórios fazendo serviços subalternos, trabalhavam e tentavam estudar em diversos tipos de cursos: profissionalizantes, técnicos, na escola básica e muito raramente chegavam à Universidade.

Os jovens camponeses envelheciam tão rápido que quase não se diferenciavam de seus pais. No interior do país, os rituais dos jovens se repetiam, porque repetitivos eram os espaços urbanos disponíveis: praça, igreja, escola, lanchonete. Os moços buscavam casamento no espaço de trabalho, selecionando os melhores candidatos.

⁵ Tratava-se da ideia de formação de uma elite condutora que levasse a massa governada por “imitação”. As “individualidades condutoras” eram a apresentação de homens maiores que, formados pela escolarização serial, processual, de elite e patriótica davam poder a esses sujeitos para assumirem as maiores responsabilidades na condução do país. (Decreto-Lei n. 4.244 - de 9 de abril de 1942).

No sentido da ação política existiam jovens universitários alienados, desconhecedores, por exemplo, do acordo MEC-USAID, mas que ia às passeatas, por “ouvir dizer”; havia outros universitários que também faziam política, mas, no Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ou na Tradição, Família e Propriedade (TFP).

No quartel, por fim, ser recruta não significava muito mais do que levar a culpa pelos erros do oficial, além de executor de rotina extenuante, entre treinamento, manejo de armas e doutrinação; ofício para um grande número de analfabetos ou com pouca escolaridade (BRAGHINI, 2014, p. 60, 73, 85-89, 98, 112, 122).

A representação do bem, sensatos e pensadores da realidade, eram os “estudantes democráticos”

O termo “estudantes democráticos” foi reforçado durante o processo de constituição da Lei Suplicy (Lei nº 4.464).⁶ Foram chamados “democráticos” os estudantes que, em comitiva, foram até Brasília apontar sugestões ao projeto de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e entidades congêneres. De acordo com a publicação, o próprio Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, teria recebido estudantes interessados em “analisar e apresentar ideias visando solucionar alguns casos no âmbito das entidades que os representam” (EBSA, 1964, p. 28-29).

Outros exemplos de estudantes democráticos foram surgindo em agremiações universitárias, manifestando-se contrários aos movimentos revolucionários de esquerda que se multiplicavam na América Latina. Esses grupos eram favoráveis às intervenções militares estadunidenses em ambientes considerados perturbadores, fazendo coro com grande parte da imprensa brasileira que criticava as agitações sociais, revolucionárias, vindas, por exemplo, da ilha de Cuba.

Uma parcela da juventude se sentia atraída por Cuba, também, porque se identificavam com os jovens líderes revolucionários, Che Guevara (33 anos) e Fidel Castro (35 anos). Mas havia quem os odiasse. Enquanto a revolução se consolidava, um documento

⁶ O termo “estudantes democráticos” já tinha sido usado pela imprensa paulista em outras ocasiões. Para designar os estudantes que se manifestavam a favor da candidatura de João Pessoa à Presidência da República (OESP, 07/09/1929, p. 7). Depois, para os jovens que marcharam contra o mercado negro e a carestia fazendo coro com a União Democrática Nacional (UDN) (OESP, 18/09/1946, p. 3). O termo também foi utilizado em contraposição aos estudantes “comunistas” na União Nacional dos Estudantes (UNE) (OESP, 10/08/1954, p. 15). Isso quer dizer que essa expressão circulava pela imprensa há tempos, sendo usada de acordo com as conveniências políticas. Desde a década de 1950, foi usado como sujeitos contrários às mobilizações comunistas”.



assinado pelo presidente do grêmio do Centro de Química Industrial do Colégio Oswaldo Cruz conclamava os seus colegas para que agissem contra os extremistas favoráveis a Fidel Castro, sujeito que era ateu, comunista e ditador. O grêmio não aceitava que em nome de todos os estudantes houvesse manifestações favoráveis à Revolução em Cuba (EBSA, 1964, p.50-51).

Em 22 de outubro de 1961, foi noticiado pelo *O Estado de S.Paulo* (OESP) o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, realizado em Natal. A reportagem se concentrou no fato de que a maior parte do grupo de estudantes presentes era contrária à União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo o jornal, uma parcela dos estudantes presentes no congresso julgou a entidade como traidora da causa estudantil “humanitária”, pois se mostrava partidária à Federação de Estudantes Universitários (FEU), órgão que representava os estudantes cubanos no mesmo evento. Alguns estudantes se mostravam arredios com os fuzilamentos acontecidos na ilha. (EBSA, 1961, p. 35-36). Da parte dos estudantes tidos por sensatos foi noticiada a produção de duas resoluções no congresso: uma, pedindo pelo fim dos fuzilamentos ordenados por Guevara, de modo a outorgar aos estudantes avessos ao regime instituído o máximo de garantias que o processo revolucionário permitisse; outra, pedindo à Comissão de Investigações Estudantis (RIC) da Secretaria Coordenadora de Uniões Nacionais de Estudantes (COSEC), para que fosse realizada uma investigação sobre a repressão que sofriam os estudantes cubanos oponentes do movimento revolucionário (EBSA, 1961, p. 61-62).

No início dos anos 1960, alguns jovens se diziam nem a favor, nem contra aos movimentos estudantis sediados nas Universidades. Era o grupo dos neutros. No entanto, a existência de neutralidade já era reportada como ato democrático. A discordância entre jovens era motivo de análise e o conteúdo apelava sempre à desmobilização estudantil, na busca da estabilidade social. Os escritos se apegavam aos pontos de discórdia de forma a sobressaltar os maus atos juvenis e deixando claro que os jovens não se entendiam entre eles mesmos.

Um exemplo desse gerenciamento publicitário da discordância entre os jovens aconteceu durante uma comunicação ocorrida entre os estudantes paulistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e alunos pernambucanos, em relação à greve na Universidade de Pernambuco. Por conta da greve de estudantes os alunos da FFCL-USP manifestaram a sua solidariedade aos colegas pernambucanos e protestaram sobre as “eventuais arbitrariedades cometidas pela tropa do Exército”, a propósito da desocupação dos prédios. No entanto, os alunos da FFCL-USP

sentiram “estranheza” para com a atitude de ocupação feita “indevidamente”, junto aos “bens pertencentes ao Estado” (EBSA, 1961, p. 53).

Os alunos da USP expressaram confiança na “ação do Executivo para solucionar o problema”; apelaram para o “bom senso dos colegas recifenses, no sentido de aguardarem as providências das autoridades”; por fim, expressaram inquietação pelo fato de que “pessoas alheias à cultura e à tradição brasileiras” estavam “contribuindo para conturbar a ordem necessária ao desenvolvimento harmônico dos verdadeiros interesses da Nação” (EBSA, 1964, p. 54-55). Por um lado, existe a estranheza em torno de ações que ocupavam o espaço do prédio público; por outro, houve claro desacordo pela atuação daqueles que, à época, começaram a ser reconhecidos como estudantes profissionais.⁷

Não havia apoio irrestrito de seus pares, a respeito do uso de novas formas juvenis de combate e reivindicação. Ao contrário, a estranheza causou o pedido de cautela diante dos bens público e o apaziguamento das mobilizações dentro da Universidade, ao ponto de se confiar nas autoridades competentes. A discordância entre as duas partes foi usada para apontar como os atos dos estudantes do Recife pareciam um frenesi inconsequente, diante da valorização ao patrimônio e do equilíbrio de pensamento dos estudantes paulistas.

Não raro havia jovens que se manifestavam entusiasmados com o golpe militar, em 1964. Os atos da União Metropolitana dos Estudantes (UME) são exemplos dessa militância em torno da intervenção militar armada. Apresentada como órgão máximo de representação dos universitários cariocas, enviou um comunicado à imprensa em abril de 1964, expressando sua confiança nas Forças Armadas, estando certos de que eles reconduziriam a Nação “à legalidade constitucional”. Seus dirigentes tinham por interesse barrar “a ameaça comunista”; condenavam a apresentação dos estudantes como uma frente única, considerando-a uma “falsa política de unidade estudantil” e alertavam sobre a massificação de estudantes que se sentiam impedidos “a livre manifestação das vontades”, já que o outro grupo oprimia as consciências (EBSA, 1964, p. 58-59). Bordões sobre a ameaça comunista nos meios estudantis eram comuns e havia quem fosse favorável ao uso de medidas voltadas à segurança nacional. Segundo essa ideia os colegas agitados deixariam a “verdadeira liderança nacional” estudar

⁷ O fato dos estudantes da FFCL-USP considerarem a ocupação da reitoria em Recife como uma ação bizarra é peculiar ao tempo. Ficar alojado dentro da instituição de ensino era uma prática nova de manifesto e, por isso, causava estranheza entre os próprios estudantes. Os jovens americanos, franceses, japoneses e alemães também utilizavam tal prática no mesmo período. Essa atuação demonstrou, além da circulação mundial de um costume inventado, a emergência de uma forma irreverente de uso dos espaços escolares, o que causou muito descontentamento (HUERRE, REYMOND e REYMOND, 2000, p. 224).

em paz. Julgava-se que o uso da força existia contra as "minorias" insatisfeitas com o regime militar e essa ação valia a pena, diante do risco de se perder o "futuro da Pátria, o nosso futuro" (EBSA, 1965, p. 28-29).

Gustavo Corção, jornalista, conhecido conservador, se mostrava apreensivo com a notícia da manifestação, pois, "era feio o zelo desses moços que correm em homenagear os vencedores" e que eles "deveriam abster-se desse tipo de atividade". Adepto ou adverso, o estudante deveria permanecer nos bancos escolares, pois caso o contrário, tinha a ameaça de ser reconhecido como "filho de papai", pois assim eram chamados os jovens que tinham tempo para fazer passeatas. O bom estudante, caso optasse por estar fora da escola, deveria se apresentar mais como discípulo e menos como tutor.

Parecia insuportável ver estudantes tomando às vezes de professores, que denotava a tentativa de ensinar aos mais velhos como deveria ser a condução política no país (CORÇÃO, 1964, p. 66-67).⁸ Mesmo a Lei Suplicy, tão rechaçada pela bibliografia pertinente ao movimento estudantil, tinha os seus defensores entre os jovens.⁹ Discussões entre professores e alunos com o propósito de examinar, "com espírito construtivo" da Lei nº 4.464 aconteciam nas escolas e havia quem ganhasse mérito pela compreensão do bom espírito da tal dispositivo (EBSA, 1965, p. 33-34).¹⁰

Também não eram poucos os grupos estudantis que atuavam de maneira reservada, em espaços privados, clubes, escritórios, e festas beneficentes, principalmente ao lado de senhoras que defendiam a família e o lar contra a ameaça comunista, antes e depois do golpe militar (SIMÕES, 1985, p. 82-83). O Congresso da União Paulista de Estudantes Secundários, em Santos; o Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários, em Pelotas e a I Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundários, em São Paulo, foram reuniões apontadas como patrocinadas pela União Cívica Feminina (UCF), no início dos anos 1960, na tentativa de dar apoio aos estudantes que buscavam desestabilizar o governo de João Goulart.

⁸ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/04/1964.

⁹ A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, ficou conhecida como Lei Suplicy de Lacerda. Instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito aos cursos, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), como entidade central dos estudantes dentro das universidades. A ideia era a de enfraquecer a ação da União Nacional dos Estudantes (UNE), jogando-a na ilegalidade. A ação bloqueava a atuação estudantil nacional e buscava cercar a ação da UNE dentro das instituições de ensino.

¹⁰ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/07/1965.



A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) fez a sua primeira manifestação pública durante a crise dos mísseis, em 1962, em conjunto com a “Vanguarda Universitária Católica”, liga de estudantes universitários de uma das frentes juvenis católicas. Tanto a UCF como a CAMDE foram lideranças responsáveis pela organização da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e atuavam junto aos grupos estudantis, financiando-os em suas participações em congressos, mesmo que promovidos pela UNE, ou os auxiliando nas oposições feitas em diretórios acadêmicos.

Na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" os estudantes democráticos registrados foram: Grupo de Ação Patriótica (GAP), patrocinado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes); a Vanguarda Universitária Católica; Associação dos Estudantes Democratas; Movimento de Arregimentação dos Estudantes Democráticos (MAED); Frente Estudantil de São Paulo; Movimento Estudantil Democrático; Movimento Estudantil de São Paulo; Frente da Juventude Democrática; Associação de Estudantes Democratas, Associação Cristã de Moços (São Paulo e Rio de Janeiro), Frente da Juventude Democrática (Rio de Janeiro). (SIMÕES, 1985, p. 158-161).

Também apareciam os grupos estudantis anticomunistas atuantes no Brasil: a “Frente da Juventude Democrática” e a “Cruzada Estudantil Anticomunista”. Os dois órgãos “não estavam filiados a nenhum outro órgão estudantil”, agiam isoladamente e estavam em desacordo com as diretrizes das demais entidades de estudantes que combatiam atos bolcheviques fora da do meio estudantil. A “Frente da Juventude Democrática” tinha um jornal denominado “Democracia em Marcha” e, segundo as investigações policiais, exercia influência nos congressos e demais atividades estudantis, criando conflitos e desarticulando os eventos.¹¹

¹¹ Centro de Referência da Luta Política “Memórias Reveladas”: BRAN, Rio X9. O.E.SI, ACL, 1/9.

Mais violento, mas com adeptos, era o grupo conhecido por Comando de Caça aos Comunistas (CCC), eminentemente formado por estudantes da Universidade Mackenzie e, em menor número, por alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Eram sujeitos “armados”, lutadores de artes-marciais, “neonazistas” (MEDEIROS, 1968, p. 19-23). O grupo atuava em conjunto com dois outros braços políticos, a Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC). Juntos ficaram conhecidos como a “pirâmide do terror”. Não se pode dizer que tais grupos eram valorizados pela imprensa, mas também, não entravam na mácula de serem “terroristas”.¹² Criavam ressonância anticomunista e mesmo que não fossem chamados de democráticos, eram somados a eles.

Por fim, existia o grupo que pediam por sossego. Na carta intitulada “Estudantes Silenciosos”, publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, em maio de 1977, o estudante de Direito Edgard Marinho Bessa bem caracteriza o que era o “silêncio” em período de ditadura e nos faz pensar profundamente sobre o seu significado na história.

O jovem julgava que “maioria silenciosa” era o grupo que não participava de atos públicos, nem de passeatas. Para ele, a opinião política era formada pelo estudo. Pedia pela aplicação da lei em nome da paz e a ordem do país. Pediu para que a “minorias ruidosa” defendesse as suas ideias nos bancos escolares, procurando “saber mais”. E cabia à juventude estudantil fazer os prognósticos corretos para, no momento certo, assumir a direção do país. (EBSA, 1977, p. 3).¹³ Seu pronunciamento foi publicado, treze anos após o golpe militar de 1964. Tratava-se de uma evolução de coorte que ainda reverberava o silêncio como manifestação de democracia. Essa contradição violenta dá muito significado a este silêncio.

Considerações finais

A ideia de que o movimento estudantil naqueles anos esteve sempre ativo, rebelde e contrário ao fechamento das liberdades civis é um senso comum. No período e na documentação estudada, julgava-se que a participação de estudantes em associações estudantis era válida, quando praticada por meio de uma política de conciliação, principalmente associada às ideias oficiais ou se tutelada por um adulto. Existiam jovens

¹² Como por exemplo: Movimento Nacional Revolucionário (MNR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ação Popular (AP); Política Operária (POLOP); Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); Movimento de Libertação Popular (Molipo); Comando de Libertação Nacional (Colina); Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

¹³ BESSA, Edgard Marinho. Estudantes Silenciosos. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil, nº 350, maio, p. 33, 1977. Carta transcrita de o *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/05/1977.



dispostos a atitudes pouco progressistas ou totalmente reacionárias. O conservadorismo não é uma característica adstrita aos mais velhos.

Nem todos os estudantes pareciam dispostos a defender os atos revolucionários de vertente socialista. Não faziam coalizões com os estudantes que tinham em Fidel e Che Guevara, exemplos de líderes históricos. Mesmo que houvesse consenso em benefício de causas consideradas maiores, como a melhoria do ensino público, havia discordância quanto às formas de reivindicação. Uma tendência juvenil desqualificava as manifestações de rua; desdenhava da juventude rebelde; concentrava as suas perspectivas para as ações que estivessem ligadas à rotina estudantil mais imediata e, por fim, como sonho futuro, vislumbravam muito mais o desenvolvimento nacional como resultado do trabalho. Existiu uma batalha de sonhos para o futuro.

Havia manifestações políticas estudantis que não tinham relação com as grandes passeatas de rua. Eram feitas em espaços privados, escolas, universidades, salões, escritórios e reuniões fechadas.

Os estudantes democráticos tinham táticas que expressavam suas relações sociais. Feitas por tutela; ou não, mas, vinculados aos movimentos anticomunistas. Esses grupos não eram poucos e atuavam politicamente ou depreciando pessoas da mesma idade, ou como representantes passivos da boa sociedade, ou como membros ativos em entidades de salão. Aumentaram o coro do descontentamento pela instabilidade política que parecia transparecer das passeatas, ampliaram o medo que justificava a guarda militar da sociedade.

Fontes

A UDN ao lado dos estudantes contra o “mercado negro”. *O Estado de S.Paulo*. 18 de setembro de 1946.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244 - de 9 de abril de 1942. Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1º de abril de 1942.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20/12/1961 – *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 1961.

CORÇÃO, Gustavo. As manifestações estudantis. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº193, abril, pp. 66-67, 1964.

De repente, violência. USP faz fechar faculdades. *Folha de S.Paulo*. 27 de outubro de 1967.

EBSA. No limiar da segunda década. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 121, novembro, p. 1-4, 1957.



EBSA. O problema estudantil. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 208, setembro, p. 33-34, 1965.

EBSA. Ano de renovação. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 285, dezembro, p. 1-6, 1971.

EBSA. Denúncia dos estudantes – Faculdade de Direito. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 159, maio, p. 54-55, 1964.

EBSA. Estudantes contra os extremismos e o falso nacionalismo - UME – Guanabara. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 193, abril, pp. 28-29, 1964.

EBSA. Estudantes reagem contra a agitação dos extremistas. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 157, março, p. 50-51, 1964.

EBSA. IV Congresso Latino Americano de Estudantes. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 163, outubro, p. 32-36, 1961.

EBSA. O ensino médio em 1960. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 162, abril, p. 24-25, 1961.

EBSA. O Presidente e os estudantes - Diretório Estadual dos Estudantes do Estado de São Paulo. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 211, agosto, pp. 28-29, 1965.

EBSA. Representação Estudantil. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 201, dezembro, pp. 58-59, 1964.

EDITORA DO BRASIL S/A. Os "jovens idealistas sem máscara". *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil, nº 288, março, p. 37-38, 1972.

EDITORA DO BRASIL S/A. Paz na Terra. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil, nº 297, dezembro, p. 1-8, 1972.

Estudantes democráticos vencem as eleições na UNE. *O Estado de S.Paulo*. 10 de agosto de 1954.

Invadido e depredado o Teatro Galpão. *Folha de S.Paulo*. 19 de julho de 1968.

O partido democrático e a sucessão. *O Estado de S.Paulo*. 07 de setembro de 1929.

PALÁCIO DO PLANALTO. Nota oficial. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, nº 159, junho, p. 52-53, 1961.

Referências

BRAGHINI, Katya. Revista Realidade: Edição especial “A Juventude Brasileira, hoje”. Setembro, 1967. *Educar em Revista*. nº.51 Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Jan./Mar. 2014

HILSDORF, M. L. S. e PERES, F. A. Estudos históricos sobre juventude: estado da arte. In: SPÓSITO, M. P. (Org.) *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*:



educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), Belo Horizonte: *Argumentvm*, v. 2, 2009 p. 213-231.

HIRSCHMAN, A. O. *O Pensamento Conservador: perversidade, futilidade e risco*. Algés: Difel – Difusão Editorial, 1997.

HUERRE, P., REYMOND, M. P., REYMOND, J. M.. *Adolescência não existe: Histórias das atribuições de um artifício*. Lisboa: Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros Ltda, 2000.

MARTINS, J. S.. O senso comum e a vida cotidiana. In: MARTINS, J. S.: *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 1998.

MEDEIROS, P. CCC e o comando do terror. *O Cruzeiro*; São Paulo: Diários Associados; São Paulo, p. 19-23, nov., 1968.

SANFELICE, J. L. A UNE e a Ditadura Civil-Militar de 1964. In: GROppo, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (Org.) *Juventude e Movimento Estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

SARLO, B. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMÕES, S. D. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.